

ATA NÚMERO CATORZE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, pelas 09:30 horas, reuniu o Plenário da Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos:

I - Período antes da ordem do dia;

II - Ordem do Dia:

- 1- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09;
- 2- Discussão e votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2020;
- 3- Discussão e Votação da Modificação às Grandes Opções Plano – GOP (PPI e AMR) e Orçamento de 2019 – 2ª Revisão;
- 4- Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para 2020;
- 5- Discussão e Votação das Taxas de IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis – Fixação da Taxa Anual Imposto Municipal Sobre Imóveis;
- 6- Discussão e Votação da Participação Variável no IRS;
- 7- Discussão e Votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;
- 8- Discussão e Votação da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros;
- 9- RGPD - Tratamento de Dados Pessoais – Reunião da Câmara e Assembleia Municipal;

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal.

A Sessão teve início com a verificação das presenças, registando-se as ausências dos Senhores: João Luís Gonçalves de Frias Terreiro, Joaquim Manuel dos Santos Lages, Francisco dos Santos e António Joaquim Rodrigues - Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro do Rio Seco.

- Minuto de Silêncio;

Antes do início da reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs um minuto de silêncio em memória do falecido Senhor Victor Manuel da Fonseca Antunes que foi membro da Assembleia Municipal de Almeida.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que a próxima sessão se realizará em fevereiro na Vila de Vilar Formoso.

- Correção da Ata nº. 13;

Após pequenas correções introduzidas na ata número 13, o Senhor Presidente da Assembleia pôs a mesma a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. Disponibilizou também as atas das reuniões do Executivo realizadas desde a última Assembleia até à presente data.

I – Período Antes da Ordem do Dia:

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda, alertando para a vedação de terrenos na região, achando que, é justo as pessoas limitarem os próprios terrenos, mas o que o preocupa é a forma como está a ser feita, porque muitas vezes os proprietários acabam por ocupar também os caminhos, colocando extensas vedações de arame farpado.

Como julga e bem que, o Município tem tentado apostar nas atividades de ar livre, nomeadamente o BTT, há certas situações que lhe causam preocupações com as referidas vedações, ficando desde já o seu alerta para o facto. Sabe que é um processo difícil, porque muitas vezes ninguém se apercebe que, essas vedações são colocadas, mas é um alerta para serem tomadas medidas o que para além de esteticamente não é bonito, também pode vir a causar danos nas pessoas que visitam o Concelho e praticam o tipo de atividades antes referido.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Malhada Sorda, foi dito que, mais ou menos há um ano colocou uma questão acerca da drenagem do Cemitério e das infiltrações de água na Esnoga.

Decorrido um ano o Senhor Diretor de Departamento Técnico disse que, a verba se encontrava orçamentada para o ano de 2019 e está-se quase no final e mais um inverno a aproximar-se e o problema não está resolvido.

O Senhor Miguel Pinto começou por dar os parabéns ao Executivo pela criação da APP que permite georeferenciar anomalias, entre outras coisas. Foi um passo muito importante na modernização administrativa do Concelho que vai permitir reduzir o tempo para resolução de problemas e evitar que os membros da Assembleia se dirijam a este Órgão, e contra ele fala, dizer que há um buraco aqui ou acolá para ser reparado.

Por outro lado, e uma vez que se está no final do ano, alertou para que sempre que possível e já que vai haver um processo de avaliação de atribuição de subsídios a certos eventos do Concelho, se evite que haja uma simultaneidade de festas nos mesmos dias.

Por último referiu que esta semana surgiram notícias informando que o Senhor Bispo da Guarda deseja instituir um Centro de Acolhimento em Vilar Formoso para os jovens que se desloquem às Jornadas Mundiais da Juventude que irão decorrer em Lisboa em 2022.

Em face das notícias, em primeiro lugar questionou se a Câmara poderá dar um passo para apoiar este projeto que ainda está numa fase muito embrionária, e por outro lado, aproveitar para voltar a referir que existe no Concelho uma oportunidade muito grande para o desenvolvimento do turismo religioso, tendo ele tido oportunidade de falar sobre uma das maiores romarias, senão a maior do Distrito e da Diocese, com a Comissão de Festas “Nossa Senhora da Ajuda” de Malhada Sorda, acreditando que falta uma maior divulgação destes eventos mesmo para além do que é a parte mais religiosa e que o Executivo pode fazer alguma coisa a favor disto através das plataformas digitais ou de outdoors.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso foi dito que, relativamente à drenagem das águas na Avenida dos Combatentes da Guerra Colonial, mais conhecida por Via Estruturante que, deveras está a comprometer uma boa salubridade e a possibilidade de viver em condições mínimas naquela rua. As sargetas estão a deitar fora a água em vez de a absorverem, pelo que, esse problema tem que ser

resolvido urgentemente, alertando e solicitando ao Executivo no sentido de ser tomada a devida posição sobre a situação.

Pelo Senhor Professor Gonçalves foi dito que, na realidade a sua intervenção deixa de fazer sentido, porque era em nome de alguns moradores que iria falar exatamente e rigorosamente sobre o mesmo assunto, acrescentando que, realmente e decorridos tantos anos a situação começa a ser preocupante.

Mais referiu que há pessoas que vêm já afetado o seu património, porque quando chove a rua transforma-se numa ribeira a céu aberto.

Pelo Senhor José Abranches foi dito que, o assunto era mais com o Senhor Diretor de Departamento, prendendo-se com a pressão da água na zona mais populacional de Vilar Formoso e que já foi falada na sessão de Nave de Haver, mas como não está deixa na mesma o repto de o acompanhar a várias casas e aí terá os consumidores a dizer-lhe “in loco” que, de facto não é só na época de verão, mas sim todo o ano porque ele próprio vive à boca do depósito e a pressão não existe. Por isso é que lhe gostaria de lançar o repto e contestar a posição que pelo Senhor Diretor de Departamento foi tomada e que consta da ata da referida sessão. Informou ainda que, o depósito é muitíssimo antigo e necessita de uma intervenção de fundo, alertando o Executivo quer este ou outro que venha a seguir no sentido da remodelação ser efetivada. Mais referiu que, quando esteve como Presidente de Junta na Freguesia de Ade o assunto já havia sido falado e o Senhor Diretor o foi entretendo dizendo que, quando viesse a Lei para ele entregar aquilo, porque é captação própria e pressão não existia, parecendo-lhe que ainda hoje tudo continua na mesma.

A pergunta seria diretamente para o Senhor Diretor, mas como sabe que o Executivo também está atento, poderá responder à questão.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer as questões que lhe foram colocadas.

Relativamente ao alerta do Senhor Presidente da Junta de Freineda concordou que, é um trabalho que tem que, se fazer provavelmente numa 2ª fase em que forem implementadas as medidas de desbaste e cortes nas estradas municipais e dos caminhos principais e terão oportunidade de fazer a identificação desses caminhos que estão

também a ser utilizados para a prática desportiva BTT, equitação e passeios pedestres e podem ser resolvidos porque ainda falta fazer trabalho nesse sentido nas Freguesias, nomeadamente na Freguesia de Freineda e Malhada Sorda, no entanto, não deixa de ser uma preocupação que se arrasta já há alguns anos e terá que ser revista a questão das Posturas Municipais.

Sobre as questões do Senhor Presidente da Junta de Malhada Sorda lamentou que, ainda não se tenha verificado essa reparação, informando que, já estiveram nos dois locais. No que diz respeito à Esnoga informou que, falaram com o proprietário e existe um acordo e é só uma questão de execução, no entanto, irá alertar o Senhor Diretor de Departamento para que o assunto de uma vez por todas seja resolvido e que passará pela selagem da zona exterior do logradouro privado.

Em relação ao cemitério referiu que, também foi encontrada uma solução e que irá também alertar o Senhor Diretor, porque a Câmara tem todo o interesse que o assunto fique também definitivamente resolvido.

Quanto à questão do Senhor Miguel Pinto e sobre o poderem ser feitos alertas através da APP, vem no seguimento do Orçamento Participativo, tendo havido uma proposta nesse sentido de um equipamento de uma intervenção que estava prevista e ainda não estava devidamente divulgada, achando por bem divulgá-la, embora já tenha recebido e também de alguma forma a preocupação dada a não utilização destas medidas de as pessoas não terem acesso a smartphones e se poder de alguma forma colocá-las mais no portal e haver outras formas de as pessoas as poderem utilizar.

O Senhor Presidente agradeceu aos técnicos que levaram a cabo esta aplicação que é gratuita, disponibilizando-a a todos os utilizadores.

Em relação ao Senhor Bispo querer instituir um Centro de Acolhimento em Vilar Formoso no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude o Senhor Presidente informou de que, a Câmara ainda não teve conhecimento de nada, mas como é obvio o Executivo estará disposto a colaborar, assim como em todas as ações que têm sido levadas a cabo no Concelho para se poder ajudar com os equipamentos disponíveis. A Câmara está preparada para receber toda essa gente com o mínimo de condições, mas condignamente.

Sobre a falta de divulgação em relação ao Turismo Religioso e da questão da realização das festas religiosas é uma preocupação que também tem de ser superada. No ano transato houve várias coincidências de festas para o mesmo dia, esperando que para o ano as coisas sejam programadas por forma a que isso não aconteça, porque os principais eventos irão ocorrer em datas separadas e irá procurar-se melhorar a divulgação do Turismo Religioso, porque lhe parece ser uma boa aposta.

Relativamente às questões expostas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso e Professor Gonçalves, o Senhor Presidente informou que, já numa Assembleia anterior explicou os problemas existentes naquele local e que são graves, tendo sido feita uma filmagem que os identificou.

Mais informou que, quando chove com mais intensidade e durante muito tempo os problemas adensam-se e aparecem ao cimo do pavimento.

Informou também que, na obra de Revitalização da Zona Comercial, em Vilar Formoso se irá fazer intervenção desde a zona da Estação até ao Cruzamento da Rua Dr. Viana, porque nas referidas filmagens estão identificadas infiltrações quer de saneamento em águas pluviais e vice-versa, estando previsto no projeto fazer-se essa intervenção, não estando previsto uma obra identificada para resolver essa questão.

O Senhor Presidente da Junta fez também uma proposta no sentido de serem abatidas algumas das árvores que estão no local, medida com a qual concorda e colocar outras com uma apetência diferente e de forma faseada e que não sejam invasivas para a rede de drenagem e fazer uma intervenção pontual desde a Rua Pedra Libreira até à Ribeira, com a urgência possível.

Em relação à falta de pressão e o lançamento do repto do Senhor José Abranches, o Senhor Presidente da Câmara informou de que, o mesmo será transmitido ao Senhor Diretor de Departamento, porque é um assunto que a Câmara assumiu desde o início e também quer ver resolvido, assim como a falta de pressão noutras localidades, desconhecendo que na Ade também existiam esses problemas, assim como a questão do saneamento que ainda não está devidamente resolvida.

Esclarecidas que foram as questões colocadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de seguida a abordar os assuntos da Ordem do Dia.

II- Ordem do Dia:

1-Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do n° 2, do artigo 25° da Lei n° 75/2013 de 12/09;

À data de 19 de novembro de 2019, a receita do Município regista o valor de 14.013.380,00 €, com um grau de execução de 75,74%, sendo a despesa de 8.824.049,00 €.

A dívida a Fornecedores e Outros Credores é de 90.279,00 € e a Instituições Financeiras é de 1.414.626,00 €, esta de médio e longo prazo.

A Câmara encontra-se equilibrada financeiramente tanto a nível de curto como de longo prazo, mantendo, também, o equilíbrio orçamental, previsto na Lei n° 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara tendo referido que, nesta data a execução de 75% não é famosa, no entanto, queria de alguma forma que ficasse sublinhado, o lançamento da obra da Revitalização da Zona Comercial de Vilar Formoso por exemplo, a obra de adjudicação da Construção Balança Industrial, em Vilar Formoso, da Rede de Esgotos e Estação Elevatória e da Pavimentação do Caminho das Calejas em Nave de Haver e outras obras que, entretanto estão a seguir o seu curso.

Chamou a atenção para a gafe nas datas que, está na página 13 sobre o evento “12 em Rede D. Maria Princesa vai Casar”, que serão 29 e 30, convidando os Senhores membros da Assembleia a estarem presentes.

2 -Discussão e votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2020;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por dizer que, o documento que faz a introdução das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020, é claro e conciso naquilo que se pretende fazer. É o 3º ano de mandato que considera decisivo para consolidar

algumas atividades que começam a ter os projetos concluídos e poderem ser colocados no terreno.

Também é um ano decisivo em que o orçamento possa ainda ser alvo de ampliação e espera que isso aconteça com a colocação de protocolos e intenção de protocolos em planos de investimento, nomeadamente no Posto da GNR - Destacamento de Vilar Formoso, no Protocolo de Cooperação e Projeto Integrado Intervenção e Reabilitação da Zona da Fronteira, do Centro Oficial de Recolha, já assinado e está em curso, programas estes de que certamente resultaram alterações substanciais ao orçamento e é isso que espera que venha a acontecer e dar continuidade ao programa de Apoio Social dum Concelho que o problema do envelhecimento e despovoamento que está a acontecer e dentro dos programas que se estão a implementar se tenta dar melhores condições aos cidadãos que ainda conseguem cá residir. Existe também a proposta de um novo cartão de associado com melhorias de medidas para fixar pessoas, manter a rede de transportes agora designada Estrela da Paz.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Malhada Sorda, o qual perguntou se neste orçamento há alguma rubrica que contemple a ampliação de energia elétrica para o Parque de Merendas de Malhada Sorda.

Pelo Senhor António de Frias foi dito que, não conseguiu entender porque é que este documento foi aprovado na reunião do Executivo do dia 29 de outubro e nos pedidos feitos aos Partidos Políticos para apresentarem as respetivas propostas o prazo era até 09 de novembro.

Sobre o que o Senhor Presidente disse em relação ao documento escrito referiu que, ele vê precisamente o contrário, citando “muito do que nos propusemos executar está feito ou em fase de execução, nomeadamente os projetos que consideramos os pilares do nosso mandato” e perguntou se mantem essa afirmação? é que segundo a sua perspetiva e a sua forma de ver, acha que muito pouco do que o Concelho necessita foi feito, mas acredita que haja diferentes opiniões.

Concorda quando o Senhor Presidente diz que, este ano será decisivo e que vai ser muito importante para o Concelho de Almeida, ou pelo menos são essas as

expetativas e quem elaborou o documento e de toda a população. É sabido que há algumas expetativas em relação a alguns desenvolvimentos que possam vir a acontecer e assim se espera que venha a ser, sabe-se que não serão todos materializados, ou executados em 2020, mas espera-se que alguns deles tenham início porque são efetivamente necessários.

Pessoalmente já o ano passado o fez, deu o benefício da dúvida e não sabe se o Executivo foi merecedor do seu apoio e de outros, porque perante este ano não se conseguiu efetivamente ver no terreno grande parte do que era esperado.

Mais referiu que, não se importa de mais um ano esperar, porque é um ano em que todos devem estar unidos, tendo em conta as expetativas que foram criadas, sabendo que a Câmara irá estar muito atenta a isso tudo e que mantenha uma postura reivindicativa e ao mesmo tempo de colaboração.

Verificou que se continua a apostar na orçamentação de uma obra que é a do Quartel das Esquadras, e gostaria de saber se já houve mais algum desenvolvimento, porque se efetivamente houver outra finalidade que possa vir a ser dada a esse espaço, não vê qual é o sentido de continuar a ser dotada com verba.

Pelo Senhor Presidente da Câmara e relativamente à ampliação da rede de iluminação do Parque da Malhada Sorda referiu que, não é visível que esteja a ampliação da Malhada Sorda, mas estão várias ampliações, não existe ainda esse orçamento, mas certamente o que virá deve tratar-se de uma ampliação de média tensão que depois para passar para baixa tensão tenha um valor um pouco mais avultado, mas haverá capacidade para se poder executar, resta aguardar pela chegada do respetivo orçamento.

Sobre a questão da data é provável que tenha havido algum equívoco da sua parte, mas na ata de 30 de setembro alertou para o facto e mesmo aí já estava em atraso, porque o deveria ter feito em agosto e se a data é 09 de novembro é porque houve um erro, porque o documento teria que estar obrigatoriamente aprovado até ao dia 31 de outubro.

Em relação ao Quartel das Esquadras o Senhor Presidente informou que, é verdade que está no Programa REVIVE, não há novidades nenhuma até este momento, nem a Câmara foi contactada por nenhum empresário nem por nenhuma

entidade que possa trazer novidades em relação ao caso. Existe um projeto e uma intenção que está assumida e só não se lhe irá dar seguimento se aparecer alguma coisa que seja melhor para Almeida e para o Concelho e certamente será dado conhecimento antes de alguma decisão ser tomada, mas não quis deixar no orçamento a possibilidade de se manter o projeto inicial para de alguma forma ser salvaguardado.

Prestados que foram os esclarecimentos o Senhor Presidente colocou os documentos a votação, tendo os mesmos sido aprovados, por maioria.

3- Discussão e Votação da Modificação às Grandes Opções Plano – GOP (PPI e AMR) e Orçamento de 2019 – 2ª Revisão;

Relativamente ao assunto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referindo que, deixou praticamente encadeada a sua intervenção acerca da informação que existia a fraca execução, considerando o mês de novembro dado que também não estão devidamente aprovados os projetos e não podendo ser executados, a proposta principal da Revisão é retirar das previsões do orçamento a parte da receita que diz respeito aos projetos que estão vertidos no Orçamento e que estão bem expressos como as Portas de Santo António, de S. Francisco, as intervenções nas Piscinas Municipais e Termas da Fonte Santa e mais alguns ajustamentos de final de ano.

Mais referiu que, é com o objetivo de cumprir a execução dos 85% da receita que está previsto no artigo 56º. do Decreto-Lei 73/2013, 03 de setembro.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi a 2ª. Revisão colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria.

4-Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para 2020;

Antes da discussão deste documento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que, por lapso não consta da Ordem de Trabalhos a **Proposta de Alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Almeida**, mas que acompanhou o Mapa de Pessoal, pelo que, deverá ser votada a sua introdução na agenda do dia e apreciado antes do Mapa de Pessoal para 2020.

Colocada a proposta a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento a discussão, tendo o Senhor Presidente da Câmara dito que, a proposta de Alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município é uma tentativa de reorganização do funcionamento dos Serviços, dando a capacidade e depois de uma análise ao Organograma que está proposto, dando a possibilidade de se funcionar de diversas formas. Houve uma abertura no Orçamento de Estado de 2018, que impedia a criação de novas Divisões, Departamentos e Direções e neste momento não há esse impedimento, por isso foi a forma que se encontrou para o funcionamento do Município, propondo-se que, a Assembleia Municipal aprove o máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis que são chefiadas por Dirigentes Titulares de Cargos de Direção Intermédia de 2º. Grau, estando cometida à Câmara a competência para a sua criação, dentro dos limites máximos fixados pela Assembleia Municipal, competindo ainda a esta definir o número máximo de Sub Unidades Orgânicas lideradas por pessoal com funções de coordenação nos termos da alínea d), do artigo 6º. do Decreto-Lei 305/2009, de 23 de outubro na sua atual redação. Compete também ao Presidente da Câmara a sua criação e alteração das Sub Unidades dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal. A proposta é a de que, a Assembleia Municipal defina o número máximo de Unidade Flexíveis e Sub Unidades Flexíveis de Departamentos e de Direção, por forma a que depois possa ser implementado em 2020 a referida alteração.

Mais informou que se tentou verter o funcionamento das diversas Sub Unidades e competências que lhe são definidas. Existe certamente ainda e para melhorar muitas delas com algumas questões que não foram incluídas, numa oportunidade posterior e se for o caso com as propostas e sugestões da Assembleia e se possam melhorar algumas Unidades.

Sobre o assunto o Senhor Miguel Pinto referiu que existe uma gralha no artigo 28º. da página 32, na Divisão da Saúde, Ação Social, Educação, Desporto e Juventude. Na Página 32 alínea k), assegurar a necessária articulação com o CLAS, promovendo e “implementando”. Na página 34 no ponto 4.4.2 , alínea i), “constituir o Conselho Municipal de Juventude”, não sabendo até que ponto ficaria melhor e pensando já na constituição escrever-se “constituir o Conselho Municipal da Juventude e após a sua constituição assegurar a necessária articulação com o mesmo promovendo e implementando as medidas aí definidas”, à semelhança da alínea k)

anterior, ou seja, neste ponto só está prevista a sua constituição, não estando prevista a ação da Sub Unidade após a constituição do Conselho Municipal da Juventude.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso foi pedido esclarecimento sobre a série de Divisões que aparecem no documento, não sabendo se já existem com outro nome ou noutra situação e na sequência destas Divisões e Sub Divisões aparecem em todas Chefes de Divisões, Sub Chefe e outros. Assim sendo, queria saber se já existem estes postos e se não existem ao aparecerem quanto é que isto vai custar à Autarquia, se é que vai ter custos acrescidos.

Pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira foi dito que, a sua pergunta era a mesma do Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso e para além disso referiu que, aprofundou um pouco mais e verificou que a Divisão de Ambiente e Proteção Civil, deveria estar a par com o Presidente da Câmara, porque é assim que a Lei determina, não devendo haver interferência na Proteção Civil de várias pessoas nessa área.

Perguntou também sobre o que é o Diretor Municipal.

Pelo Senhor Professor Gonçalves foi chamada a atenção para a redação, porque efetivamente em termos de redação existem algumas incongruências, por exemplo o artigo 5º. diz que, a gestão financeira do Município pretende:

- a) – O reforço – julgando que, fazia todo o sentido continuar um pouco nesta lógica. Depois na alínea b) diz “pretende ... os serviços de administração financeira devem”, achando que existe ali qualquer coisa que não bate certo. Depois na alínea c) diz “pretende ... o Município deve apostar”, pensa que se deve encontrar aqui uma linguagem mais adaptada para as alíneas b) e c).

Mais referiu que, o texto a nível gramatical e mete-se um pouco com ele, provavelmente devido à sua formação profissional “Direção Municipal que constituem a Unidade Orgânica” na página 5, ou seja, todo o artigo está no plural quando a entidade é singular e depois volta a acontecer em relação ao Departamento “o Departamento cabendo-lhes coadjuvar em”.

Mais adiante no artigo 14º pensa que há ali alguma infelicidade também em termos de expressão “O Gabinete de Veterinária e Saúde Animal, depende

diretamente do Presidente da Câmara e têm como competências atribuições designadamente”, ou são competências ou são atribuições, pensa que é apenas uma das coisas.

Seguidamente “controlo higiosantário”, “indústrias onde se batam, preparem ou produzam” pensa que deve ser “abatam”, depois “especialidade” em vez de especialidade.

No artigo 15º pensa que também não muito feliz e repete-se noutros artigos “são atribuições genéricas do Gabinete de Apoio ao Agricultor, ao qual compete nomeadamente as seguintes funções”, achando que não é nada feliz esta redação o que aliás mais adiante não existe, mas sim outra existe. São atribuições genéricas de apoio ao agricultor: existe uma duplicação e não vê necessidade alguma de complicar o que é simples.

Mais referiu que, continua a haver erros em todo o texto da mesma natureza, mas não vai citar mais sobre isso, mas relativamente sobre o ponto de vista da Orgânica, parece-lhe que o Organograma não bate bem com o que está no texto, explicando que a Divisão de Obras Municipais tem a seu cargo apenas uma Sub Divisão que é da Rede Viária e Segurança Rodoviária e por seu turno a Divisão da Gestão Urbanística tem 4 Sub Divisões e no texto não está assim.

No interior do texto e quem lê as competências de cada uma delas deve haver alguma troca, porque diz “Divisão de Gestão Urbanística contempla a Fiscalização, Cemitério, Mercados e Feiras”, contemplando ainda “Obras Particulares, Loteamentos e Planos Urbanísticos”, ou seja dois e na Divisão de Obras Municipais contempla a Rede Viária e Segurança Rodoviária, Edifícios, Manutenção e Armazém, Águas e Saneamento, portanto o Organograma não está a bater com o texto, das duas uma ou há algumas que têm que passar para o lado esquerdo ou estão a mais do lado direito, daí que ou o texto ou o Organograma tem que ser alterado.

Seguidamente o Senhor Presidente respondeu às questões que sobre o assunto foram levantadas, informando de que, sobre a constituição do Conselho Municipal da Juventude a própria constituição obriga a essas questões e pressupõe que seja feita dessa forma e está vertida na constituição do Conselho Municipal e que se pretende implementar.

Sobre as questões levantadas pelo Senhor Presidente da Junta de Vilar Formoso e da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, no que diz respeito aos

custos, informou que, as decisões que forem tomadas ou que a Assembleia Municipal os capacitará, não tomará a decisão de funcionar com um Diretor de Departamento e um Diretor Municipal ao mesmo tempo. Não tomará a decisão de nomear Chefes de Divisão sem que primeiro lugar analise se os recursos humanos existentes na Câmara possam ou não desempenhar estas funções.

Mais referiu que, algumas das divisões também podem servir para se captarem pessoas que possam ter capacidade um pouco superior aquelas que poderiam captar se abrirem concursos para a base da carreira. Não fez nenhum estudo quanto aos custos, mas não quer aumentar as despesas do Município de forma a que ponha em causa o seu funcionamento.

Relativamente ao documento que vem a seguir foram criados novos postos de trabalho livres que, se se verificar ao número que está colocado até se poderia pensar muito, mas foram vertidos todos os lugares possíveis para o Mapa de Pessoal, para poderem tomar essas decisões e se fizerem algumas contratações que, são necessárias em algumas áreas.

Mais referiu que, foi de propósito que não colocou as interligações que o Organograma pressupõe definir quais as Chefias que vão estar em cada um dos locais, permitindo ao Executivo tomar decisões com base na decisão da Assembleia Municipal, ou seja, se a decisão for a aprovação da totalidade da proposta o Executivo conseguirá implementá-la dessa forma.

Sobre a questão da Proteção Civil não estar diretamente com o Presidente é essa a intenção e que está vertida no funcionamento.

Em relação às questões do Professor Gonçalves, concorda com elas, porque existem erros grosseiros e penitenciou-se porque também tem alguma culpa porque mexeu no próprio documento e até na organização, informando que, foi tomada a decisão já depois de estar o documento pronto, porque numa das Divisões ficava e administrativamente funcionava melhor e mantiveram na Divisão dos Serviços Municipais a questão das Águas e não foi alterado no Quadro de Pessoal, portanto propõe que se fizesse a aprovação com todas as correções dos pontos 4 e 5 e passar efetivamente para a Unidade Orgânica dos Serviços Municipais.

Relativamente ao Diretor Municipal explicou que, tem a competência total do funcionamento dos Serviços, o qual pode ser utilizado como responsável de todas as Divisões, fazendo a sua coordenação, estando também, ligado diretamente ao Presidente da Câmara. Essa figura pode ser implementada ou não.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi recomendado ao Executivo que, aprimorasse a questão do Português e proceda a todas as correções levantadas pelo Senhor Professor Gonçalves.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda foi referido que, um documento com tantas lacunas detetadas é de opinião que o mesmo fosse revisto para depois ser apreciado e votado.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito que, as questões ortográficas são uma questão simples de resolver quanto à redação dos pontos 4 e 5, ficarão com a redação e adaptação sugerida pelo Senhor Professor Gonçalves, passando estes pontos, erradamente colocados na Divisão de Obras Municipais, para a Divisão de Gestão Urbanística.

Solucionadas todas as questões e esclarecidas as dúvidas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta de Alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Almeida a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria.

A seguir o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, relativamente ao Mapa de Pessoal disse que, foram vertidas para o documento já com as estruturas que estão definidas na proposta do Organograma e de funcionamento, tendo sido criados alguns lugares que é urgente fazer contratação para preenchimento de alguns postos de trabalho que estão vazios e são necessários e outros que é necessário precaver para o futuro. Irá implementar-se um novo serviço que é o Balcão Único e Espaço do Cidadão também vertido no Organograma além de alterações obrigatórias que irão surgir no funcionamento da Câmara Municipal, bem como do CEAMA que necessita de pessoal habilitado para poderem dar resposta aos futuros desafios.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi o Mapa de Pessoal para 2020, posto a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria.

5-Discussão e Votação das Taxas de IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis – Fixação da Taxa Anual Imposto Municipal Sobre Imóveis;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referindo que, a proposta é idêntica à do ano transato, colocando o IMI na taxa mais baixa e ficarem também os apoios que estão previstos para a redução de taxas de acordo com o agregado familiar.

Explicou que foi também feita uma introdução de outras taxas previstas que é a possibilidade de definir áreas territoriais que estão definidas com as áreas de reabilitação urbana, no sentido de haver uma majoração da diminuição, que são os pontos 1,3 e 4 da proposta.

O Senhor Presidente colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

6-Discussão e Votação da Participação Variável no IRS;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi novamente dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual referiu que a Participação Variável no IRS, pode ir até 5% e a proposta vai no sentido de se fixar em 3% a participação nos moldes do ano anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria.

7-Discussão e Votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual explicou que, a proposta é também idêntica ao ano anterior, fixando a Taxa Municipal de Direitos de Passagem nos 0,25%.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom foi perguntado se se trata de postes implantados no Concelho em terrenos e outros locais referindo que, na Freguesia de Castelo Bom, existe uma quantidade de postes elevada, com cabos no chão e tudo ao abandono e a quem se deve dirigir para que tal situação seja regularizada, porque a sua vontade seria só uma.

O Senhor Presidente da Assembleia chamou a atenção do Senhor Presidente da Câmara para esse facto que também é do seu conhecimento, no sentido de notificar as empresas responsáveis para regularizarem a situação.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, se trata de uma empresa falida, cujos projetos foram apoiados por Fundos Comunitários e os serviços nunca chegaram às populações. Informou que, fez uma queixa já há dois anos, na altura dos incêndios, ficando alguns postes queimados e a empresa removeu parte deles, enrolando os cabos que ficaram pendurados nos que não sofreram danos, mas de facto irá novamente notificar a empresa e perguntar o que fazem ali aqueles postes se não estão a servir para nada, para além do perigo que representam porque os cabos atravessam caminhos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

8-Discussão e Votação da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual fez uma breve introdução ao assunto dizendo que, a organização dos Transportes Públicos de Passageiros quer tenham ou não a parte de transportes de estudantes, é obrigação do País até 03 de dezembro, ter um funcionamento completamente diferente daquele que era, atribuindo o que estava no IMT e que agora está na ATE - Autoridade de Transportes Escolares, passar para as entidades reguladoras que podem ser os Municípios ou CIM's consoante o transporte seja Municipal ou intermunicipal no território onde fazem parte. Os Intermunicipais, não há dúvida que tem que ser a CIM a fazer a contratação, regulação e todo o tratamento. Há três anos foi tomada a deliberação de ceder essa competência à Comunidade Intermunicipal dos Transportes Municipais, mas o que tem vindo a acontecer é um atraso muito grande da parte da CIM de lançar um concurso que permita ter a certeza que, no dia 04 há Transportes Municipais, Intermunicipais, Transportes Escolares e Transportes no Interior do Concelho. Fruto de tudo isto a Câmara tem estabelecido contatos regulares com a Autoridade de Transportes e Mobilidade e estão-se a lançar novos concursos uma vez que, a CIM ainda não os lançou, os quais foram denominados como Estrela do Interior, antigo Almeida SIM. Para os Transportes Escolares a Câmara está de novo a pedir autorização à ATE para permitir fazer essa contratação e existe uma proposta do Conselho de Ministros de fazer um adiamento da data por forma a permitir e é o que

o Senhor Presidente estava a dizer que os Municípios, as CIM's e que as autoridades mantenham as licenças que estavam a vigorar, porque tem muitas dúvidas com o que irá acontecer, mas naquilo que corresponde e ao que se faz exclusivamente no Município, começam agora a dominar um pouco mais esta matéria, por isso propõe a aprovação desta minuta, porque salvaguarda a possibilidade da contratação por parte do Município destes serviços. Não sabendo se mais tarde se chega à conclusão se devem manter, todos os que, são Municipais sobre a alçada da Câmara Municipal. Existe um concurso público aberto para o funcionamento que, lhes permita ter um parecer favorável o quanto antes para se poder lançar, existem planos B para assegurar o funcionamento, mas não tem sido fácil a questão dos transportes e mantê-los em funcionamento com todas estas indefinições.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi a proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

9-RGPD - Tratamento de Dados Pessoais – Reunião da Câmara e Assembleia Municipal;

Relativamente ao RGPD o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, informando que, na Assembleia realizada na Miuzela o funcionário que tem esta responsabilidade na Câmara Municipal, assistiu às referidas reuniões da Câmara e Assembleia Municipal, fazendo os alertas que estão vertidos no documento em apreciação e informou que, na reunião da Câmara foram aprovadas as recomendações que lhes foram sugeridas e irão ser implementadas e dar conhecimento à Assembleia para que proceda de igual modo.

No que diz respeito à Assembleia o Senhor Presidente daquele Órgão disse o seguinte:

É colocada a questão das gravações a Lei não o impõe, mas porque muitas vezes foi solicitado e está plenamente de acordo porque facilita e muito para quem elabora as atas e só não foi implementado o sistema por falta de meios áudio disponíveis para os poder fazer, mas logo que foi possível foi implementada essa forma de ação.

Relativamente à questão levantada sobre os trabalhadores que prestam este serviço administrativo, concretamente o Senhor José António Espinha e D. Ana Paula Bispo, em boa verdade a Assembleia tem que, nesta sessão ou numa próxima proceder a alterações ao Regimento e como são alterações fáceis e simples de fazer

o Senhor Presidente não propôs a criação de uma Comissão para o efeito. As alterações serão feitas e apreciadas e votadas na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Em relação aos dois funcionários é sua opinião que terão de votar a sua nomeação depois de autorizada pela Câmara e da respetiva disponibilidade, para que continuem a prestar este serviço porque pensa que é relevante, é importante e é o mais expedito.

Relativamente à destruição das gravações referiu que, pensa que já se está a fazer e se não se está a fazer depois da ata aprovada passar-se-á a fazer, ficando desde já o compromisso de que, as que se encontram em arquivo serão destruídas.

Assim sendo, o Senhor Presidente propôs que, as Alterações ao Regimento e a nomeação dos trabalhadores fosse agendada para a próxima sessão.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, o documento pode ter falhado numa questão, porque existem mais dois funcionários que também têm acesso e que também produzem trabalho que são os dois técnicos que acompanham as gravações, bem como a parte do funcionamento o que se deverá também ter em conta, porque é no equipamento com que trabalham que também fica o registo, ficando assim associados a ter as mesmas obrigações de destruir as gravações após aprovada a última ata.

Assim sendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que nesta sessão fosse apenas aprovado o modelo de formulário destinado à intervenção do público, ficando a Alteração ao Regimento e nomeação dos funcionários afetos para a próxima sessão.

Colocado o formulário a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade.

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom foi dito que, está a decorrer o Recenseamento Geral de Agricultura, que é feito de dez em dez anos e no Concelho de Almeida irão ser contactadas 1600 pessoas, é exaustivo e certamente os entrevistadores terão que pedir ajuda aos Senhores Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias, tendo em conta que há muita gente que já faleceu e declarações que desapareceram e outras novas que irão surgir, existindo a indicação de contactarem os

Senhores Presidentes e é nesse sentido que queria pedir a todos para prestarem a devida colaboração.

Pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira foi dito que, ainda temos jovens persistentes dentro do Concelho e um deles tem vindo a debater constantemente com ele sobre o Orçamento Participativo, tendo-lhe sido proposto que escrevesse e que fosse lido na Assembleia o seguinte:

“Sou um jovem de 12 anos e pedi à minha irmã para concorrer ao Orçamento Participativo por não poder concorrer com a minha idade o projeto é o “Parque Aventura”. Julgava que poderia ser informada pela não aceitação por terem sido solicitadas mais informações pois, o que mencionei foi a totalidade de um projeto que, poderia ser feito um “Parque Aventura” para crianças e jovens e depois alargá-lo a adultos, tendo obtido uma resposta de não aceitação. Não sou de ficar parado e pedi à União de Freguesias para me apoiar na ajuda técnica sobre o desporto e o Engenheiro responsável pela Serra da Estrela e com o Alpinista Pedro Cruz que avaliaram e indicaram que a localidade tem um forte potencial. Gosto deste desporto e gostaria que as modalidades fossem vistas de um modo igual e não senti que o Orçamento fosse justo com as modalidades”.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, a informação que queria dar à Assembleia é que será distribuído a todos de uma forma simbólica o convite para estarem presentes na inauguração do Balcão Único e Espaço do Cidadão que, terá lugar no dia 02 de dezembro de 2019, pelas 14,30 horas com a presença da Senhora Secretária de Estado da Inovação e Modernização Administrativa – Dr.^a Maria de Fátima Fonseca.

Sobre o “Parque Aventura” disse que, leu todas as propostas que foram efetuadas no Orçamento Participativo, dizendo de uma forma geral que todas elas foram boas propostas, boas ideias e boas sugestões, mas numa análise de acordo com as Normas, não era possível aprovar a totalidade dos projetos. Foram assumidas no relatório algumas intervenções que iriam fazer, tendo em conta que algumas delas precisariam de ser melhor estudadas com melhoria de localização para terem viabilidade na apresentação do Orçamento Participativo. Mais referiu que, este assunto já teve um debate suficiente para que daqui para a frente se possa fazer o repto aos elementos da

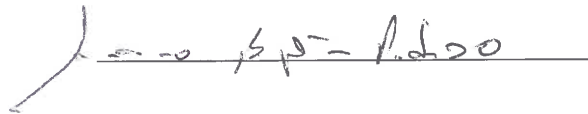
Assembleia para se poderem transformar as Normas em Regulamento e a Câmara estará disponível para o debater com todos os elementos da Assembleia Municipal com vista a podê-lo tratar melhor do que até agora e que é preferível dar o passo do que ficar à espera.

APROVAÇÃO EM MINUTA:

Foi ainda deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do número 3, do artigo 57º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, quando eram 12:00 horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão que, juntamente com a 1ª secretária e 2º Secretário subscrevem.

O Presidente da Assembleia Municipal,



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'S. S. P. - P. 20', written over a horizontal line.

A 1ª Secretária,



A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'V. F. B. M. O.', written over a horizontal line.

O 2º Secretário,



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos R. A.', written over a horizontal line.